



JORNAL DA UNICAMP

ED. 734

Campinas, 13 de outubro a 2 de novembro de 2025

www.jornal.unicamp.br

SILVIANO REENCONTRA INTÉRPRETES DO BRASIL

Obra organizada pelo escritor reuniu textos clássicos sobre a formação nacional do país **6e7**

O escritor e professor
Silviano Santiago esteve
em evento na Unicamp para
celebrar os 25 anos do livro
Intérpretes do Brasil



'Democracia racial' esconde
modernistas negros baianos **2**

Cientistas buscam terapia mais
eficaz contra câncer de boca **4**

Pandemia afetou políticas de
saúde voltadas a mulheres **5**

Estudo mapeia as origens
da espécie de café canéfora **8**

Raça e gênero impactam
na segurança alimentar **9**

Acervo abrigado no CMU
revela história de Campinas **12**

Modernismo baiano e a invis

Historiador revela como o mito da democracia racial sustentou exclusões simbólicas e materiais no meio artístico

MARINA GAMA
marinagc@unicamp.br



Em meados da década de 1940, o jovem pintor Rubem Valentim voltou para casa em Salvador após mais um dia de trabalho como dentista. Em seu diário, registrou um gesto extremo: destruiu pincéis, tintas e cavalete. Segundo o relato, sentia-se sufocado pela impossibilidade de ser reconhecido como artista em um ambiente que, embora exaltasse a negritude como símbolo cultural, fechava as portas para criadores negros.

Essa cena, preservada em seus diários da juventude, sintetiza as contradições que atravessaram a vida de uma geração de artistas negros baianos. Ao mesmo tempo em que sua arte era celebrada de maneira condescendente como expressão da autenticidade popular, suas ambições como intelectuais e inovadores eram sistematicamente diminuídas.

Foi para reconstruir esses caminhos que o historiador Bruno Pinheiro dedicou os últimos anos a uma pesquisa minuciosa sobre o modernismo negro na Bahia entre 1947 e 1964. Sua tese de doutorado, defendida no programa de pós-graduação em História, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, sob orientação da professora Silvana Rubino, venceu o Prêmio Capes de Teses 2025.

“Minha expectativa era que esses sujeitos fossem tratados pela história como seres humanos plenos, com contradições, dores e conquistas. Quis compreender os limites e as possibilidades de suas trajetórias”, explica Pinheiro.

A pesquisa o levou para o Metropolitan Museum of Art, em Nova York, onde hoje faz seu pós-doutorado.

Democracia racial?

A Bahia foi, ao longo do século XX, constantemente apresentada como um exemplo de convivência harmoniosa entre negros e brancos. Intelectuais, jornalistas e autoridades projetavam a imagem de um “berço da mestiçagem”, um lugar onde as tensões raciais se diluíam na música, na culinária e nas festas religiosas.

Esse discurso, entretanto, escondia exclusões concretas no sistema da arte, segundo o pesquisador. A produção de artistas negros era frequentemente enquadrada, sendo lida como “primitiva” ou “popular”, implicando em “limitações de acesso a determinados setores do mercado e possíveis constrangimentos sociais”. Isso fazia com que esses artistas fossem tomados como inspiração para a experiência de artistas brancos, enquanto a autoria individual negra era desvalorizada.

A narrativa, fortemente influenciada pela obra do sociólogo Gilberto Freyre, que exaltava a miscigenação como virtude, consolidou-se como uma marca identitária do estado. Mas, como o historiador mostra, tratava-se do mito da democracia racial: uma construção ideológica que mascarava desigualdades profundas e funcionava como obstáculo para o reconhecimento de artistas negros como protagonistas da modernidade.

“Um texto da socióloga Luiza Bairos, de 1988, foi fundamental para minha pesquisa”, relata Pinheiro. “Ela mostrava como o fator racial determinava as oportunidades no mercado de trabalho em Salvador. Embora não tratasse da arte, esse diagnóstico foi essencial para entender a cena artística que eu investigava.”

Em “Pecados no 'paraíso racial': o negro na força de trabalho da Bahia”, a socióloga observou e analisou como os anúncios de emprego do início da década de 1960 explicitavam a preferência naturalizada por pessoas de “cor branca”. Com o tempo, essa discriminação explícita foi substituída pela expressão “de boa aparência” – um subterfúgio linguístico que perpetuava a exclusão de pessoas negras do mercado de trabalho profissionalizado. Segundo o pesquisador, esse padrão de discriminação também se reflete na participação de artistas negros em exposições nos circuitos artísticos local, nacional e internacional.



O artista Rubem Valentim e algumas de suas obras acima, à direita: escolha por produção abstrata reflete estratégia de distanciamento da representação de uma “Bahia anedótica”

Artistas, exclusão e estratégia

Na crítica de arte e nos jornais da época, artistas negros eram frequentemente enquadrados em categorias que os afastavam do estatuto de modernistas. “Autodidata”, “ingênuo”, “primitivo”, “folclórico”, “artista popular” eram termos usados para se referir às suas obras e, aparentemente, de maneira elogiosa, ao mesmo tempo que representavam marcados de barreiras simbólicas.

“A arte negra era aceita desde que confinada ao lugar do exótico ou do popular”, analisa o historiador. “Esses qualificativos não eram neutros; eram instrumentos de hierarquização racial dentro do campo artístico.”

Entre os artistas estudados na tese, Rubem Valentim é o que melhor documentou a si mesmo. De acordo com Pinheiro, seus diários revelam tanto a angústia quanto a estratégia. O episódio em que destruiu seus instrumentos de trabalho mostra o peso psicológico das barreiras impostas pelo racismo. Mas a decisão de organizar um instituto para gerir sua memória demonstra consciência crítica e desejo de controlar sua narrativa.



O autor da tese, Bruno Pinheiro, e a professora Silvana Rubino, orientadora do estudo: pesquisa amplia narrativas sobre a arte moderna



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor Paulo Cesar Montagner **Coordenador Geral da Universidade** Fernando Antonio Santos Coelho **Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário** Fernando Sarti **Pró-Reitora de Pesquisa** Ana Maria Frattini Fileti **Pró-Reitora de Graduação** Mônica Alonso Cotta **Pró-Reitora de Extensão, Esporte e Cultura** Sílvia Helena Furegatti **Pró-Reitora de Pós-Graduação** Cláudia Vianna Maurer Morelli **Chefe de Gabinete** Osvaldir Pereira Taranto **Chefe de Gabinete Adjunto** Zigomar Menezes de Souza

JORNAL DA UNICAMP **Coordenador da Secretaria Executiva de Comunicação** Márcio Cataia **Editor-chefe** Álvaro Kassab **Editoras** Liana Coll e Raquel do Carmo Santos (on-line) **Chefia de reportagem** Rachel Bueno **Reportagem** Adriana Vilar de Menezes, Carmo Gallo Netto, Daniela Prandi, Felipe Mateus, Hebe Rios, Helena Tallmann, Hélio Costa Júnior, Juliana Franco, Liana Coll, Mariana Garcia, Marina Gama, Paula Penedo, Sílvia Anunciação, Tote Nunes **Fotos** Antoninho Perri, Antonio Scarpinetti, Lúcio Camargo **Projeto gráfico** Luis Paulo Silva **Editores de arte** Alex Calixto de Matos, Paulo Cavalheri **Atendimento à imprensa** Ronei Thezolin **Revisão** Júlia Mota Silva Costa, Rodrigo Campos Castro **Coordenadora do núcleo audiovisual** Patrícia Lauretti **Supervisora de TI** Laura de Carvalho Freitas Rodrigues **Acervo** Maria Cristina Ferraz de Toledo, Sergio de Souza Silva **Tratamento de imagens** Renan Garcia **Redes sociais** Bruna Mozer, Octávio Augusto Bueno Fonseca da Silva **Serviços técnicos** Alex Matos, Antonio Marcos Pereira de Moura, Elisete Oliveira Silva, Guilherme Pansani, Mateus Fiorese, Selvino Frigo, Stella Cadeu Moreira Costa **Impressão** Gráfica Mundo **Correspondência** Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. O **Jornal da Unicamp** é elaborado pela Secretaria Executiva de Comunicação (SEC) da Unicamp. **Periodicidade** quinzenal

possibilidade dos artistas negros



Imagens: Reprodução

Ele enxergava a carreira artística como um espaço reservado a perfis de raça e classe distintos do seu. Para o historiador, a escolha de Valentim por uma produção abstrata não era apenas estética, mas uma estratégia para se distanciar da figuração ligada a uma “Bahia anedótica” que refletia a democracia racial.

Já a trajetória do escultor Agnaldo Manuel dos Santos ilustra as negociações necessárias para a sobrevivência profissional. Ele era assistente de Mário Cravo Júnior, escultor branco associado à elite baiana, e morava no ateliê onde trabalhava. Conseguia fazer suas esculturas apenas nas horas vagas.

“Sua participação na 4ª Bienal de São Paulo, em 1957, mudou sua vida”, conta Pinheiro. Documentos preservados no arquivo da Bienal revelam que ele perdeu o prazo de inscrição por falta de apoio dos colegas e pediu autorização para se inscrever fora do prazo. A instituição aceitou e, ao final da exposição, outras correspondências mostram o escultor negociando o retorno das obras, pois havia a possibilidade de um colecionador paulista adquiri-las.

Aquela venda representou muito mais que reconhecimento artístico: era a chance de transformar concretamente sua vida. Ele deixou de morar no trabalho, se dedicou exclusivamente à arte e se casou. “É muito interessante que essas correspondências sejam muito diretamente ligadas à sua vida profissional e como as mudanças na sua vida profissional permitiram transformações na sua vida pessoal naquele momento”, observa.

Outro caso emblemático, em nível nacional, é o de Heitor dos Prazeres, sambista e pintor no Rio de Janeiro. Em 1951, sua tela Moenda recebeu prêmio na 1ª Bienal de São Paulo, marco da arte moderna brasileira. No entanto, o feito foi silenciado pela imprensa da época e, posteriormente, pela memória institucional da Bienal.

“Esse episódio é ensinado nos cursos de história da arte, mas a presença e a premiação de Heitor foram apagadas dos registros oficiais. A análise desse silêncio é um dos pontos originais da minha tese”, explica o historiador.

Heitor adotou uma estratégia particular: assumiu-se como artista popular, dialogando com a cultura do samba e do cotidiano negro urbano. Essa identidade, embora o mantivesse em certa marginalidade, explica o pesquisador, permitiu-lhe circular em diferentes espaços e alcançar projeção internacional.

RELEVÂNCIA E RECONHECIMENTO

Para Rubino, o trabalho do orientando se insere em uma linha consolidada da Unicamp, que há mais de uma década valoriza os estudos de história da arte não-europeia. “A pesquisa do Bruno [Pinheiro] amplia esse campo e abre novas possibilidades. Cada tese gera outras, cria efeito multiplicador.”

A professora destaca outro aspecto central: a necessidade de repensar o próprio conceito de modernismo. “Acho que teremos que parar de falar em modernismo para começar a falar sempre em modernismos”, reflete. “Parece preciosismo, mas falamos em modernismo no Brasil sempre nos referindo aos mesmos. A pesquisa do Bruno e toda uma movimentação a partir da comemoração de 22 [1922, em alusão à Semana de Arte Moderna, ocorrida no mesmo ano] vem mostrando a pluralidade de iniciativas que podemos colocar debaixo do guarda-chuva do modernismo, que já não sei se dá para continuar falando no singular.”

A originalidade do estudo que lhe rendeu o Prêmio Capes de Tese de 2025, também lhe abriu portas para voos mais altos. Pesquisador de pós-doutorado do Metropolitan Museum of Art, ele foi escolhido para uma dupla missão: ampliar sua pesquisa de doutorado, adaptando-a para a publicação de um livro, que deve circular no Brasil e nos Estados Unidos, e integrar uma equipe multidisciplinar que contribuirá para a reconstrução da narrativa sobre arte moderna e contemporânea do museu. Ainda neste ano, toda a ala dedicada a esse período será fechada para reformulação, reabrindo apenas em 2030 com uma proposta curatorial renovada.

“Minha pesquisa se alinha diretamente ao desafio do museu de diversificar as narrativas sobre arte moderna, pensando em uma virada global”, explica Pinheiro. Ele faz parte de um time de pesquisadores dedicados a geografias historicamente tratadas como secundárias pelas instituições de arte. “A proposta é expandir a metodologia que usei no doutorado para outros contextos da diáspora africana nas Américas - Cidade do México, Porto Príncipe, Nova York. Sempre pensando os modernismos no plural, e não como narrativa única centrada na Europa.”

Sobrevivência na inventividade

Para Pinheiro, a resistência dos artistas estudados era produzida a partir de muita inventividade. Esse é um ponto central em sua tese. Segundo o pesquisador, todos esses sujeitos foram profundamente criativos ao pensar a si mesmos em um mundo em profunda transformação e refletiam sobre as próprias identidades enquanto artistas a partir de uma autoafirmação de força criativa individual muito grande. “Não consigo conectá-los a partir de uma subjetividade em comum”, explica. Apesar de experienciarem situações semelhantes em alguma medida, as soluções encontradas por cada um eram muito diversas.

“Eu acho que esse é um ponto muito interessante da tese que também me marcou desde o começo: o quanto a experiência desses sujeitos nos fala de uma profunda diversidade da experiência negra”, afirma.

A orientadora do estudo observa: “Ser artista é também profissão. Exige rede de contatos, condições materiais, reconhecimento. Muitos desses homens precisaram trabalhar em ocupações subalternas para sobreviver, e essa consciência das estruturas sociais foi fundamental para que encontrassem brechas e criassem caminhos próprios”.

Para enfrentar esses silêncios e reduções, Pinheiro recorreu a uma base teórica. Além de Luiza Bairros, dialogou com Lélia Gonzalez e sua noção de “amefricanidade”, com Cida Bento e a ideia de “pacto narcísico da branquitude”, e com o antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot, que analisou como o poder atua nos processos de produção do silêncio histórico.

“Essas autoras e autores ajudam a perceber que não estamos diante de meras lacunas documentais. Há uma intencionalidade nos apagamentos. Os arquivos falam pelo que mostram e, sobretudo, pelo que escondem”, elucida.

Reconstruir as trajetórias dos artistas exigiu lidar com documentos dispersos e com os silêncios intencionais. O pesquisador recorreu a acervos de jornais, correspondências, entrevistas com familiares em diferentes arquivos e museus no Brasil e nos Estados Unidos. No Centro de Pesquisa e Documentação do Museu de Artes de São Paulo, acessou o Fundo Rubem Valentim, que contém cerca de 24 mil documentos doados pelo instituto que leva seu nome. “Era como montar um quebra-cabeça em que várias peças foram retiradas deliberadamente”, relembra.

Embora se concentre entre os anos de 1940 a 1960, a pesquisa ressoa hoje, segundo membros da banca de doutorado. Orientadora e orientando relembra que, durante a defesa, o professor do departamento de Teoria e História da Arte, Marcelo Campos, que também é curador do Museu de Arte do Rio de Janeiro, destacou semelhanças com os desafios enfrentados por jovens artistas negros contemporâneos.

“Não faço essa ponte na tese, seria outra pesquisa. Mas é claro que há ecos. Hoje vemos frutos das ações afirmativas e a entrada de profissionais negros no mercado, mas ainda persistem mecanismos de exclusão. A diferença é que agora temos ferramentas críticas mais robustas para nomear esses obstáculos”, observa o pesquisador.

Ex-aluno do curso de Midialogia da Unicamp e mestre em Estética e História da Arte pela USP, seu trabalho como pesquisador na temática da presença negra na comunicação e nas artes comprova os desdobramentos práticos nos dias de hoje: Pinheiro ministrou curso na Bienal de São Paulo e contribuiu para o livro sobre a história institucional da mostra paulistana, incorporando ao registro oficial análises que antes estavam ausentes.

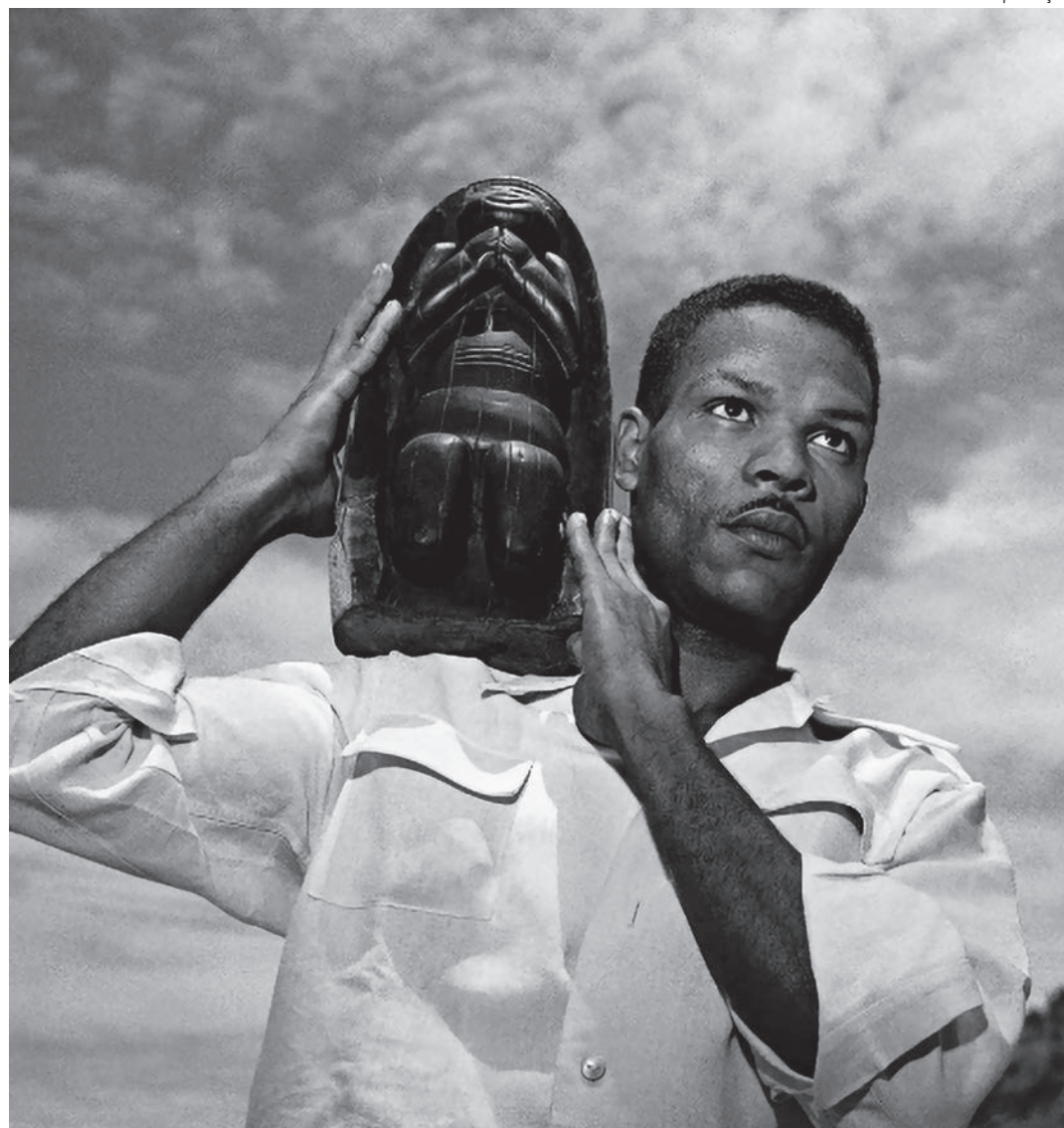


Foto: Reprodução

O escultor Agnaldo dos Santos: assistente de um artista branco, conseguia trabalhar em suas obras apenas nas horas vagas

Combinação de medicamentos é promissora contra câncer de boca

Cientistas investigam terapia mais eficaz e segura para tratamento da doença

MARINA GAMA
marinagc@unicamp.br

Foto: César Maia

Um estudo conduzido por pesquisadores na Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP), da Unicamp, propõe uma nova combinação de medicamentos para o tratamento do câncer de boca que promete maior eficiência no combate a células-tronco tumorais ao mesmo tempo que reduz os efeitos colaterais

A pesquisa, desenvolvida no Brasil no âmbito de um projeto temático da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), busca alternativas menos tóxicas e mais eficazes para o tratamento do carcinoma espinocelular oral, o tipo mais comum de câncer de boca.

A principal forma de tratamento atualmente é a cirurgia de remoção do tumor. Em muitos casos, o procedimento inclui a necessidade de retirada de parte de tecido saudável. Dependendo da evolução da doença, radioterapia e quimioterapia com cisplatina [medicamento à base de platina] podem ser necessárias.

Apesar de eficaz em alguns casos, a cisplatina apresenta limitações: provoca efeitos colaterais graves e nem sempre consegue impedir a volta da doença. “Um dos principais problemas é a resistência das chamadas células-tronco tumorais”, explica o pesquisador Sebastião Silvério Sousa-Neto, doutorando da FOP e autor principal do estudo. Essas células ficam em estado de repouso e não são eliminadas pela quimioterapia convencional, o que favorece a recidiva do câncer após o tratamento”, completa.

Para contornar essas barreiras, a equipe de pesquisa apostou em uma estratégia chamada reposicionamento de drogas: utilizar medicamentos já existentes e aprovados para outras doenças, mas que apresentam potencial contra o câncer. No caso do estudo, duas substâncias foram testadas em combinação com a cisplatina: emetina, utilizada nos Estados Unidos para tratar amebíase intestinal, e a suberoilânida hidroxâmico, aprovada no Brasil desde 2011 para um tipo raro de linfoma cutâneo.

“É muito mais rápido e barato reposicionar uma droga do que descobrir uma nova molécula”, explica Sousa-Neto. “Se você começa do zero, pode levar 20 ou 30 anos até chegar na clínica. Mas, se o ponto de partida é um medicamento já aprovado, com toxicidade e dose conhecidas, várias etapas deixam de ser necessárias. Essa foi a lógica da nossa pesquisa.”

Do paciente ao laboratório

O diferencial do estudo está no modelo experimental utilizado: os xenotransplantes derivados de pacientes. Nessa metodologia, fragmentos de tumores retirados dos pacientes em cirurgias são implantados em camundongos imunodeficientes, que passam a desenvolver lesões muito semelhantes às dos pacientes.



Sebastião Sousa-Neto e Pablo Vargas, autores do estudo: estratégia de reposicionamento de drogas visou encontrar combinação mais eficiente

Para o professor e pesquisador do departamento de Diagnóstico Bucal da FOP, Pablo Agustin Vargas, orientador de Sousa-Neto e também autor da pesquisa, esse é um dos pontos que dão força ao trabalho. “O tumor que cresce no animal é igual ao tumor original do paciente. Isso dá enorme relevância translacional e aproxima muito a bancada da clínica”, explica.

Dentre os vários experimentos feitos, a combinação de cisplatina e emetina foi considerada a mais promissora. De acordo com os pesquisadores, o tratamento conseguiu reduzir significativamente a ativação do fator NF- κ B, proteína associada à resistência das células tumorais, sem aumentar a toxicidade nos órgãos avaliados, como fígado e rins.

Mesmo com o uso combinado das drogas, Sousa-Neto conta que não houve perda adicional de peso entre os animais – um dos principais indicadores de toxicidade. “Isso significa que conseguimos manter a eficácia sem sobrecarregar o organismo. A próxima etapa é reduzir a dose da cisplatina, já que ela é responsável pelos efeitos colaterais mais graves”, detalha o cientista, que se dedica à área da oncologia desde a iniciação científica.

Entre os desafios no desenvolvimento da pesquisa, Sousa-Neto destaca os contratempos envolvendo os testes em camundongos. “O mais frustrante era a imprevisibilidade. Às vezes eu passava meses cuidando de uma geração de animais e, quando finalmente o tumor estava pronto para o tratamento, o camundongo morria sem explicação. Era como perder um ano de trabalho de uma vez”, lembra.

O professor Vargas destaca também os desafios logísticos e éticos. “O trabalho envolve coletar tumor fresco no centro cirúrgico, implantar imediatamente nos animais, seguir protocolos rígidos de ética humana e animal, além de depender de equipes multidisciplinares. É uma pesquisa que exige resiliência e colaboração constante.”

PREMIAÇÃO INTERNACIONAL

A pesquisa venceu a etapa brasileira do IADR Hatton Competition and Awards, promovido pela International Association for Dental Research (Associação Internacional para Pesquisa Odontológica), e representará o Brasil na etapa mundial da disputa, que acontecerá em março de 2026.

Considerado o mais importante da área, o prêmio Hatton oferece uma oportunidade de dar visibilidade internacional à ciência produzida no Brasil. Ele atrai anualmente centenas de jovens cientistas de todo o mundo.

Na etapa nacional, realizada em São Paulo, o estudo da Unicamp foi escolhido entre 17 finalistas. Selecionado, o trabalho vai disputar a etapa mundial em 2026, nos Estados Unidos, competindo com representantes de países como França, México, Uruguai e Inglaterra. “Só o fato de

estar nessa competição já é um orgulho enorme”, avalia Vargas. “É um reconhecimento de que nossa pesquisa é inovadora e tem potencial de impacto global.”

Segundo ele, o prêmio reconhece o esforço de todo o grupo envolvido. “Esse tipo de pesquisa é impossível de ser feita sozinho. Tivemos a contribuição fundamental do professor Rogério Castilho, da Universidade de Michigan, da professora Manoela Martins, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e da professora Vivian Petersen Wagner, hoje docente da USP. Além deles, Brendo Vinícius Louredo, Luan César Silva e Mateus José Dutra, colegas do Sebastião, tiveram participação ativa nos experimentos. É um trabalho coletivo”, completa.

Mortalidade materna duplicou na pandemia

Aumento deu-se em razão do enfraquecimento de políticas sexual e reprodutiva da mulher

ADRIANA VILAR DE MENEZES
adrivm@unicamp.br

A mortalidade materna no Brasil duplicou durante a pandemia de covid-19. A taxa saltou de 57 mortes a cada 100 mil nascidos vivos, em 2019, para 67, em 2020, e para 107 em 2021, retrocedendo aos índices da década de 1990. O cenário se desenhava enquanto o médico moçambicano Charles M'poca Charles dava início ao seu doutorado na Unicamp, em 2020. Diante dos dados, imediatamente ele traçou um paralelo com os números de Moçambique, onde, antes da disseminação do coronavírus, registravam-se 408 mortes maternas a cada 100 mil nascimentos. Orientado pelo professor Rodolfo de Carvalho Pacagnella, Charles focou sua pesquisa nos impactos causados pela pandemia na saúde sexual e reprodutiva da mulher, no Brasil e em seu país de origem, e revelou que a mortalidade materna é apenas a ponta de um iceberg.

Defendida na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp, a tese ganhou menção honrosa no Prêmio Capes de Tese 2025. A conclusão do estudo alerta sobre a necessidade de priorizar os cuidados às gestantes nas situações de emergência sanitária, como as pandemias que virão, inevitavelmente, de acordo com previsões de cientistas em todo o mundo. O médico moçambicano também chama a atenção para a importância da colaboração em pesquisa entre os países do Sul Global, como Brasil e Moçambique, “para que nós possamos gerar nossas próprias evidências e construir respostas para nossas realidades.”

Urgências e vulnerabilidades

A tese aponta que, em situações de crise sanitária, as gestantes e puérperas precisam ser consideradas como grupos prioritários de atenção à saúde. Conclui, ainda, que a população de gestantes deve ser incluída no desenvolvimento de vacinas e que a oferta de planejamento reprodutivo e de assistência à mulher no período gestacional não pode parar mesmo diante de emergências sanitárias. Como prevenção para um próximo contexto de crise, indica, é preciso investir com urgência em sistemas de saúde resilientes a situações de emergência em saúde pública, como novas epidemias, que ofereçam acesso equitativo e cuidado de qualidade para as mulheres.

Para Pacagnella, a pesquisa indica a necessidade de se pensar uma política de proteção às mulheres. “Diante de uma circunstância como essa, nós temos que olhar para as mulheres como um grupo alvo. Nós só fomos reconhecer isso no Brasil no meio do segundo ano da pandemia”, afirma o orientador.



O autor da tese, Charles M'poca Charles, e o orientador da pesquisa, Rodolfo Pacagnella: nascimentos prematuros dispararam durante crise sanitária, especialmente entre indígenas



Segundo o estudo, em situações de crise sanitária é fundamental que gestantes puérperas sejam consideradas grupos prioritários de atenção à saúde

Como uma verdadeira lente de aumento, a pandemia de covid-19 expôs as fragilidades nos serviços de saúde voltados para as gestantes e puérperas. Os problemas já existentes pioraram em larga escala. Houve uma redução de 68% nos serviços de contracepção nesse período em nível global em 2020. As estatísticas representam um nítido aumento da vulnerabilidade da mulher durante a crise sanitária. Os serviços de planejamento familiar caíram 44%; os de consulta pré-natal, 39%; a assistência a vítimas de violência por parceiro íntimo, 39%. As desigualdades sociais, econômicas e regionais no acesso aos cuidados também foram acentuadas no período.

Sul-Sul

Após trabalhar por três anos e meio como clínico geral na área de saúde materna, em Maputo, capital moçambicana, Charles foi autorizado pelo governo de seu país a prosseguir seus estudos – sua formação em escola pública o impelia a trabalhar para o governo no interior do país. Em 2018, ele veio para o Brasil e fez seu mestrado na Unicamp.

“Eu tinha especial interesse em estudar a saúde materna e o perinatal porque os dados do meu país eram dramáticos. A mortalidade materna era muito alta. Eu precisava melhorar esta questão. Mas não bastava só saber o que estava se passando. Eu precisava gerar conhecimento para melhorar aqueles indicadores”, explica o médico.

Na avaliação de Charles, a indisponibilidade de informações sobre a saúde da mulher em idade reprodutiva, incluindo gestantes e puérperas, nos países de média renda (caso do Brasil) e de baixa renda (como Moçambique), foi uma das motivações para a cooperação Sul-Sul, entre pesquisadores dos dois países. “Produzimos dois editoriais, publicados no *International Journal of Gynecology and Obstetrics* e no *The Lancet*, chamando a atenção dos pesquisadores do continente africano e de outros países de média e baixa renda sobre a necessidade de gerar conhecimento sobre essa temática”, lembra.

“A saúde materna é vulnerável às alterações ou impactos quando surgem epidemias ou pandemias, bem como eventos extremos, sejam climáticos ou de outra natureza”, afirma Charles, que viu sua pesquisa se dobrar a cada avanço. Nesse contexto, foi criada a Rede Brasileira em Estudos do Covid-19 em Obstetrícia (Rebraco), que na segunda fase teve apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS), para a qual Charles passou a colaborar.

“A ideia da tese foi oferecer um olhar sistêmico para mostrar o quanto a pandemia – e isso vale para outras condições de emergência de saúde pública – trouxe de impacto para a saúde materna e perinatal. Nós estaremos diante de uma nova pandemia em breve, e quanto mais atacarmos o meio ambiente, mais vamos sofrer com isso. Essa é outra linha que estamos trabalhando agora”, revela Pacagnella.

IMPACTOS DA CRISE SANITÁRIA

Em Moçambique, foram avaliadas cerca de 250 mulheres, entre outubro de 2020 e janeiro de 2021, período em que Charles realizou seus trabalhos no Hospital Central de Maputo. “Avaliamos a prevalência da covid-19, e em termos de desfechos gestacionais. Nosso estudo mostrou que a prevalência entre gestantes e puérperas estava em torno de 9%, duas vezes maior que a média comum para a população geral do país. Apesar de ser um recorte pequeno, foi importante, porque entendemos como estava o panorama. Isso nos permitiu informar ao Ministério da Saúde de Moçambique que pode orientar suas políticas públicas”, explica Charles.

No Brasil, uma das questões avaliadas foi a prevalência da prematuridade no período da pandemia. A avaliação epidemiológica usou dados do Data-SUS (Sistema Único de Saúde), que tem uma base de dados robusta, o Sistema de Informação em Nascidos Vivos (Sinasc). Com auxílio da ciência de dados, foram avaliados cerca de 10 milhões de nascimentos no Brasil. “Com a pandemia, nós tivemos uma geração que nasceu com baixo peso, impactada pelos nascimentos prematuros”, acrescenta Pacagnella. Nesse período, houve um aumento em torno de 4% de nascimentos prematuros no Brasil, comparado a períodos anteriores. Entre a população indígena, entretanto, o aumento foi mais expressivo, situando-se na faixa de 50% a 60%, evidenciando disparidades regionais e raciais nas taxas de parto prematuro.

É sempre bom lembrar, diz Charles, que saúde sexual e reprodutiva é um direito humano fundamental, que contempla a disponibilidade de contraceptivos. O encerramento dos ambulatórios de planejamento familiar durante a pandemia fez com que as mulheres tivessem gravidezes não planejadas. Isso já havia acontecido na epidemia de H1N1, em 2009, no Brasil. “Não aprendemos com essas experiências e não olhamos para as mulheres. Isso não pode se repetir”, afirma Pacagnella.

Por fim, outro resultado impactante foi a evidência de que as gestantes e puérperas não vacinadas apresentaram maior risco de morte e internação em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do que as vacinadas. Entre gestantes e puérperas, houve maior hesitação quanto à aceitação da dose de reforço da vacina de covid-19.

‘Intérpretes do Brasil da desconstrução

Imagem: Vitor Meirelles/Wikimedia Commons

Silviano Santiago
revisita coletânea sobre
as origens da nação

FELIPE MATEUS
felipeom@unicamp.br

“Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados [...] Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar [...]”



Pintura retrata a primeira missa no Brasil: projeto da colonização portuguesa visava semear um centrimento na cultura europeia no Brasil

O

trecho final da carta de Pero Vaz de Caminha endereçada ao rei português D. Manuel I, primeiro documento escrito sobre o Brasil, deu o tom de como seria nossa colonização.

Após se depararem com a exuberância da natureza tropical e com os nativos — aqueles “sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas” —, cabia aos colonizadores estabelecer a fé católica e a cultura europeia como modelos civilizatórios da nova terra.

Quinhentos anos depois de lavrada nossa certidão de nascimento, coube a Silviano Santiago, crítico literário, ensaísta, romancista e um dos maiores intelectuais do país, um desafio digno dos que se lançaram “por mares nunca dantes navegados”. A convite da Comissão Nacional do Quinto Centenário do Descobrimento, formada por membros do Ministério das Relações Exteriores, Santiago foi o organizador da coletânea “Intérpretes do Brasil”, que reuniu diferentes obras com o objetivo de lançar luz sobre aspectos de nossas origens, sociedade e cultura. O resultado foi publicado em três volumes pela editora Nova Aguilar, em 2000, totalizando mais de 4.600 páginas, e é composto por uma seleção de dez textos entre os muitos que se tornaram fundamentais em nossa história. “Sem dúvida, a encomenda mais temerosa e arriscada”, lembra o crítico 25 anos depois.

Para celebrar o 25º aniversário de lançamento da obra, Santiago participou de uma conferência realizada pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, na qual falou sobre sua formação intelectual e sobre os fatores que o influenciaram na seleção dos textos. Em uma conversa com o *Jornal da Unicamp*, ele também refletiu sobre a literatura brasileira contemporânea e sobre como sua ideia de entre-lugar, proposta nos anos 1970, continua a ser uma ferramenta útil para apreciá-la, além de contar como tem se equilibrado na corda bamba que considera ser a velhice.

Interpretações

Se o convite havia sido ambicioso, Santiago dobrou a aposta no início, sugerindo uma coleção de 60 volumes que abrangesse um panorama universal do pensamento desde o século 16 até o quinto centenário do país. “Infelizmente, meu editor julgou a proposta meio descabida”, lembra. Ainda assim, pensou que seria pouco restringir a seleção aos romances, sua área de especialidade, optando por lançar um olhar crítico à vasta produção ensaística do Brasil e sobre o Brasil.

As obras escolhidas foram: *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco; *A América Latina*, de Manuel Bonfim; *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana; *Vida e morte do bandeirante*, de Alcântara Machado; *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado; *História da sociedade patriarcal do Brasil* (que reúne *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda; *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior; e *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes. Todos os textos foram acompanhados por prefácios, escritos por acadêmicos contemporâneos, que contextualizam as obras. A primeira edição da coletânea contava, ainda, com *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, único romance selecionado. Porém, a partir da segunda edição, a comissão optou por manter apenas os ensaios na publicação.

Os textos compreendem um esforço de pensadores brasileiros em propor interpretações da formação nacional, o que explica serem originais do fim do século 19, tempo em que a emancipação política já estava bem estabelecida, até os anos 1970, com destaque para o período entre as décadas de 1920 a 1940. Santiago avalia que a abundância de textos de caráter interpretativo tem relação com a demora para que as universidades fossem instaladas no país — a Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, surgiu em 1934. “Na América Latina, os brasileiros são os únicos a trabalhar a interpretação da nação inicialmente sob a forma de ensaio literário e, posteriormente, com metodologia que parte dos princípios rigorosos e científicos de uma disciplina das ciências sociais”, aponta.

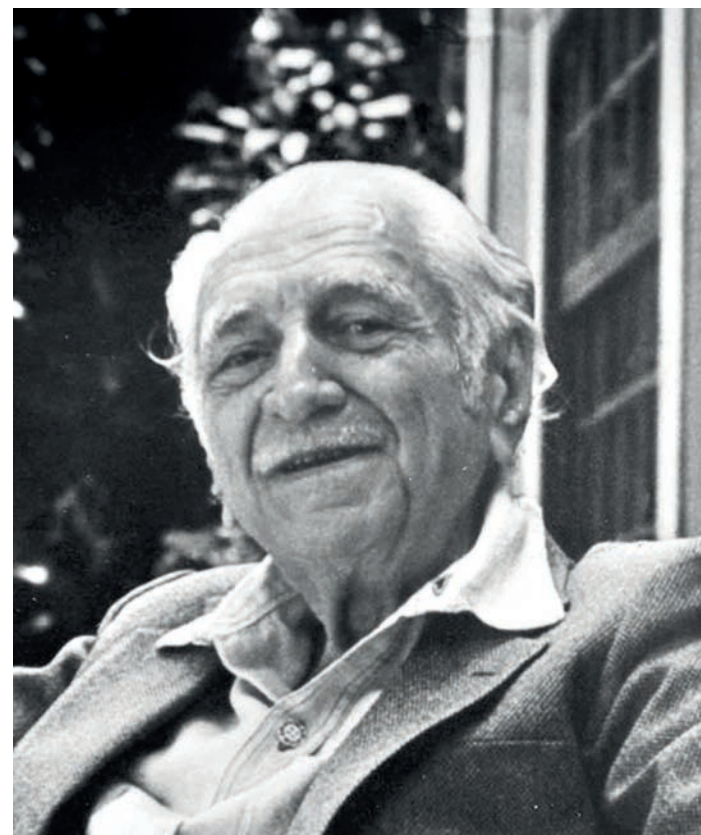
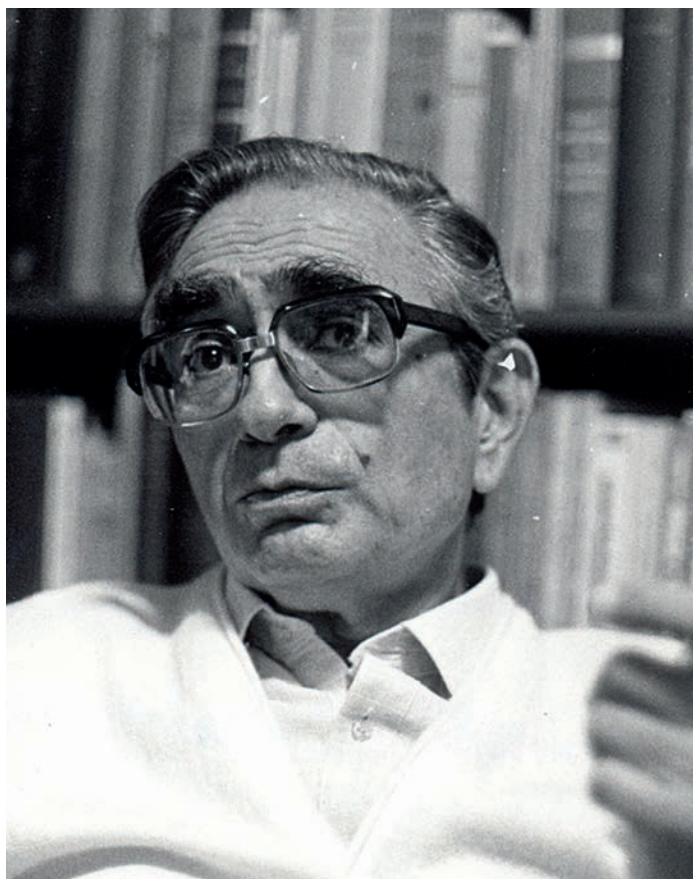
Segundo o crítico, a intenção foi de somar à leitura epistemológica, de caráter científico, a tradição ensaística do país. “Foi como uma vingança da hermenêutica”, brinca Santiago, ressaltando que a escolha do título, *Intérpretes*, é uma forma de evidenciar que cada texto mira um aspecto da nação e que a interpretação do país é um projeto em aberto. Conforme mencionado no fim da introdução do primeiro volume, Santiago considera o país um “claro enigma”, em referência a uma das coletâneas de poemas de Carlos Drummond de Andrade. “Convivemos hoje com claros enigmas e a dissolução de toda e qualquer referência a um mundo mais justo. Prato cheio para os novos intérpretes do Brasil e do mundo.”

Foto: Antonio Scarpinetti



O escritor e professor Silviano Santiago: não faltam intelectuais no país, porém há o deslocamento da palavra escrita para uma cultura imagética

il' e o desafio



Joaquim Nabuco, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: textos dos pensadores integraram a coletânea de interpretações sobre a formação nacional brasileira

Entre-lugar

A afinidade de Santiago por obras que buscam compreender o país remonta a sua formação multicultural, cujo princípio norteador se caracteriza pelo esforço de romper com o eurocentrismo cultural em países como o Brasil e pela percepção do quanto a produção artística, sobretudo a literária, é um reflexo dessa dualidade entre a ruptura com o padrão estabelecido e a sua reprodução. Ao longo de sua trajetória, Santiago sintetizou este pensamento na ideia do “entre-lugar” da literatura brasileira e latino-americana. Segundo o crítico, trata-se de uma ferramenta de leitura com a qual é possível extrair o sentido dos textos literários a partir do contraste e da diferença. “O entre-lugar empenha-se em conceber uma análise cultural, não apenas estética, da literatura. Na verdade, trata-se de uma análise multicultural”, define.

Essa perspectiva pós-colonial vai ao encontro do pensamento de Jacques Derrida, filósofo franco-argelino célebre pela filosofia da desconstrução, que questiona a suposta rigidez entre significantes e significados, propondo que a linguagem é complexa, instável e fluida, o que abriu espaço para o questionamento dos centralismos culturais estabelecidos pelas relações coloniais. Apesar de considerá-lo um de seus mestres, Santiago conta que sua sensibilidade para este pensamento foi forjada antes mesmo das obras de Derrida terem sido publicadas. Formado em Letras Neolatinas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), rumou para Paris em 1961 para o doutorado em Literatura Francesa pela Universidade de Paris-Sorbonne. “Dei de cara com a Guerra de Independência da Argélia”, lembra o professor, que passou a conviver com a realidade de argelinos e tunisianos na capital de seus colonizadores.

Outra experiência que o despertou para a mesma consciência foi o período em que lecionou na Universidade do Novo México, nos Estados Unidos, local em que teve contato com indígenas e latinos. Ver tantas diferenças nos mesmos espaços fez com que Santiago refletisse sobre a realidade do próprio país. “De repente, me deparei com um Brasil que desconhecia. Sou construído pela diferença”, conclui. “Fui construído para encontrar as ideias de Derrida em meu caminho.”

Um dos primeiros exercícios do crítico que o conduziram ao entre-lugar foi, justamente, o trabalho com a Carta de Caminha nas aulas em Albuquerque, no Novo México. “Como ensinar a Carta sem recair nos lugares comuns da colonização europeia, na catequese religiosa e na nudez ignorante?”, questiona Santiago, que propôs uma leitura do documento associando o poder colonial português contido no texto à metáfora da semente, referência tanto à fertilidade da terra brasileira, quanto à sugestão dada a D. Manuel I de semear a cultura europeia

na colônia — metáfora que, ao longo de sua trajetória, Santiago estendeu à violência sexual cometida contra as mulheres indígenas e africanas. “Não há origem mais realista para se pensar o Brasil do que seu começo na Carta do escrivão.”

A visão se manteve ao longo da carreira e se revela na seleção de textos que compõem “Intérpretes do Brasil”. Um exemplo disso é o primeiro texto da coletânea, O Abolicionismo, de Joaquim Nabuco, que evidencia a questão racial como um dos pilares da formação nacional e, consequentemente, um dos temas que devem ser enfrentados na desconstrução do centramento da cultura europeia. “Centramento este que é responsável pela exclusão lenta, gradativa, arbitrária e violenta das culturas dos povos originários e dos povos africanos diaspóricos”, avalia.

Na corda bamba

Se o primeiro texto da coletânea data ainda do Brasil Império, período pré-abolição, a última obra selecionada por Santiago, *Revolução burguesa no Brasil* (1974), de Florestan Fernandes, já tem mais de 50 anos. De lá para cá, o país passou por transformações significativas, terreno fértil para o surgimento de novos intérpretes e interpretações. Porém, o cenário contemporâneo não é marcado pela efervescência registrada nos anos 1930 e 1940. Na visão do crítico, não há no país uma escassez de intelectuais. “Talvez os tenhamos até em excesso”, comenta. Para Santiago, o que parece dificultar o surgimento dessas novas reflexões é um deslocamento da palavra escrita para uma cultura excessivamente de imagens. “A palavra perde o seu lugar de soberana no processo de representação do pensamento humano. De repente aparece o computador. O teclado se torna um objeto contraditório e será o principal responsável por uma revolução inesperada no modo de o ser humano se expressar e até no modo de agir”, reflete.

Aos novos intelectuais que se aventurarem em tecer interpretações acerca do país, Santiago acredita que a ideia de formação nacional, hoje, seria mais bem explorada em dois recortes: a inserção da “linguagem Brasil” no cenário internacional — fenômeno do qual destaca a ascensão dos Brics [aliança intergovernamental composta por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul] e que entra em rota de colisão com líderes como Donald Trump na presidência dos Estados Unidos — e a inclusão de grupos sociais reprimidos no processo civilizatório brasileiro. Este último têm protagonizado debates recentes acerca de movimentos identitários e da produção literária contemporânea. Um exemplo dessas discussões ocorreu no fim de agosto deste ano. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, a tradutora e professora da USP Aurora Bernardini defendeu que parte dos autores con-

temporâneos prezam mais pelo conteúdo do que pelo estilo literário e que a produção recente do país teria um excesso identitário.

Santiago avalia que tensionamentos do tipo fazem parte desse recorte e são necessários para se pensar o país. “A presença do identitarismo na literatura não ocorre à toa. Ela acontece porque essas identidades só podem ser bem expressas por meio de sua subjetividade”, que se reflete na produção literária. Para o professor, a desconstrução do centramento da cultura europeia implica a percepção de que grupos indígenas e africanos sempre sofreram desclassificações. “Hoje, há um retorno desses que foram desclassificados”, defende.

Aos 89 anos e com um vasto arcabouço intelectual construído, Santiago não refuta o peso da velhice. “A melhor metáfora que revela as contradições do período é a do ‘andar na corda bamba’. A longa experiência de vida ajuda, mas qualquer passo em falso é fatal. As redes de proteção são os médicos”. Talvez a experiência tenha o gabaritado para desenvolver um profundo interesse pela obra de Machado de Assis. Após a publicação de seu romance *Machado*, laureado com um Prêmio Jabuti em 2017, que se concentra nos últimos anos de vida do “Buxo do Cosme Velho”, o professor acredita ter inaugurado um novo gênero literário, um “romance da sobrevivência”, a volta do caminho dos célebres romances de formação.

O contato próximo com a obra de Machado tem feito Santiago se debruçar sobre os últimos romances do escritor e contrastá-los com *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, de forma a identificar nessas obras a invenção da moderna narrativa introspectiva em língua portuguesa. “No momento presente, eu me tornei monomaniaco, até onde consigo ser”, reflete o crítico ao encontrar em Machado de Assis mais do que outra rede de proteção: uma fonte de equilíbrio para seguir em frente na sua corda bamba.

A hora e a vez do café canéfora

Pesquisador desenvolve e aplica métodos para identificar origem e caracterizar espécie menosprezada do fruto

Estudo aponta composição e adulterações nos grãos de café canéfora

MARIANA GARCIA
marigrss@unicamp.br

No Brasil e no mundo, 60% do café cultivado pertence à espécie arábica – tradicionalmente associada a frutos de maior qualidade. No entanto, a recente disparada no preço do grão, decorrente principalmente das secas e da crise climática, mostrou a urgência de buscar novas soluções para garantir o cafezinho futuro. Supostamente inferior, o café da espécie canéfora – conhecido no mercado por suas variedades botânicas, robusta e conilon – tem despertado a atenção de produtores e cientistas, devido à sua resistência a altas temperaturas, a doenças e a pragas, além de sua alta produtividade. No mercado, já é possível encontrar café canéfora especial – classificado com 80 pontos ou mais (em uma escala de 0 a 100) e dotado de aromas e sabores diferenciados. No entanto, a falta de informação tem impedido seu reconhecimento como fruto de qualidade, assim como o avanço de seu cultivo.

Em doutorado realizado na Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp, Michel Baqueta desenvolveu e aplicou um conjunto de métodos visando uma análise mais rápida e sustentável da espécie investigada. Seu objetivo foi caracterizar e comparar mais de 650 amostras de canéfora vindas das principais regiões produtoras do Brasil. Para tanto, foi criado um banco de dados com informações químicas sobre os constituintes orgânicos e inorgânicos dos cafés. O doutor em ciência de alimentos conduziu uma análise avançada dos dados, a partir de um conjunto de métodos estatísticos e matemáticos.

A pesquisa, vencedora do Prêmio Capes deste ano (na área Ciência de Alimentos), foi orientada pela professora Juliana Pallone. O estudo contou com parcerias nacionais e internacionais. No Brasil, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Rondônia; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM). Entre as parcerias internacionais, encontram-se a Università Degli Studi Di Roma La Sapienza e Alma Mater Studiorum Università di Bologna, ambas localizadas na Itália, onde o pesquisador realizou um intercâmbio acadêmico financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), e a Université Paris-Saclay, na França.

Mistura

Baqueta lembra que, até pouco tempo, os cafés canéforas eram comercializados em misturas com o arábica, para baratear o preço, prática que levou à necessidade de identificar sua composição e determinar sua origem. Para o doutorado, o pesquisador trabalhou com amostras provenientes das principais regiões produtoras no Brasil – Espírito Santo, sul da Bahia e Rondônia (incluindo, aqui, exemplares cultivados por indígenas em sistema de agrofloresta, na região amazônica). “Cada método forneceu uma resposta, e muitos deles permitiram obter uma ‘impressão digital’ química dos cafés canéforas”, descreve.

Para obter a “impressão digital”, relacionada à singularidade e à origem de cada fruto, as principais abordagens fundamentaram-se em espectroscopia, espectrometria e ciência de dados baseada em quimiometria, o que envolveu o uso de um tipo específico de inteligência artificial. Porções de café torrado e moído, submetidas ao mínimo de intervenção, serviram de material para a maioria das análises. Buscando registrar as moléculas encontradas em cada exemplar, Baqueta utilizou espectrômetros – aparelhos que geram dados com base em estruturas e ligações químicas dos compostos presentes nas amostras, a partir de emissão, absorção

ou refletância de radiação eletromagnética. Após obter o espectro de cada café (sua “impressão digital”), o pesquisador utilizou a quimiometria para interpretar os resultados, que indicaram a importância dos componentes orgânicos e inorgânicos, quais eles eram e quais eram as relações entre eles e entre aspectos sensoriais dos cafés.

Seu trabalho permitiu analisar não apenas origem e composição, mas detectar adulterações nos grãos. Baqueta criou uma espécie de miniestúdio fotográfico, com uso de impressora 3D, que utilizou para fotografar amostras de café puras (autênticas) e adulteradas, em diferentes concentrações. As imagens, posteriormente, foram analisadas por um software que conseguiu identificar, com 100% de acurácia, qual o grau de alteração de cada exemplar.

A orientadora ressalta que a pesquisa, além de ser a primeira do gênero no Brasil a levantar dados dos frutos produzidos por indígenas da Amazônia, resultou na criação de bancos de dados que contêm informações sobre os aspectos orgânicos e inorgânicos de centenas de cafés, o que faz do trabalho pioneiro no país, sobretudo por disponibilizar dados completos sobre o café canéfora brasileiro de qualidade superior. A iniciativa de analisar diversas variáveis ao mesmo tempo é apontada como outro diferencial da tese. “Em

uma das técnicas, temos 1.899 variáveis, representando as informações sobre os compostos orgânicos dentro das amostras. O mais comum é usar abordagem univariada, para analisar um único aspecto, como só a quantidade de carboidratos ou o só aroma de uma fruta. Nós usamos estratégias multivariadas, analisam todas as variáveis juntas”, compara Pallone.

Café de segunda classe?

De acordo com Baqueta, a má-fama do canéfora pode ser atribuída à falta de investimento em sua melhoria. Conhecida por ser mais amarga e encorpada e também por não possuir muito sabor ou aroma, a espécie ainda pode conter o dobro de cafeína do arábica. “A reputação negativa não está ligada a características inerentes à planta do canéfora, mas, sim, ao fato de que, sem os devidos cuidados, ela tende a produzir frutos defeituosos. Faltam melhores práticas de cultivo e de manejo pré e pós-colheita, como aguardar a maturação adequada dos frutos, selecionar os melhores grãos e, em muitos casos, aplicar técnicas de fermentação capazes de diversificar o perfil sensorial do café.”

Os processos utilizados no doutorado, para mapear o dados espectrais relacionados aos compostos orgânicos, geraram perfis abrangentes dos diferentes canéforas, e permitiram identificar moléculas de cafeína, sacarose e trigonelina (alcaloide com propriedades anti-inflamatórias). Minerais presentes em sua composição foram identificados e quantificados. Os resultados foram confrontados, posteriormente, com dados de análise sensorial, na qual provadores profissionais avaliaram a bebida após degustação. Em relação à avaliação de minerais, a análise mostrou que os cafés robustas das terras indígenas de Rondônia apresentaram 20% mais cálcio do que o dos produtores convencionais do mesmo Estado. O achado, sugere Baqueta, pode explicar a diferença no gosto. “Para entender o perfil sensorial do café e explicar por que ele é mais amargo, uma forma é olhar para os minerais. Ver se possui mais potássio, mais cálcio ou mais magnésio, por exemplo. Vimos que, em todos os cafés canéforas, os teores de potássio e cálcio foram superiores aos do arábica. Nos canéforas, níveis altos de potássio resultam em gosto residual salobro, e níveis baixos, em gosto residual saboroso e aromas agradáveis.”



O autor da pesquisa, Michel Baqueta, e sua orientadora, Juliana Pallone: banco de dados resultante da tese contém informações sobre 650 variedades do café



Fome, substantivo feminino

DAVI CARVALHO
Especial para o *Jornal da Unicamp*

N

o Brasil, a fome tem gênero, cor e endereço. Ela se concentra nos lares chefiados por mulheres negras, atravessando a rotina de milhões de famílias que convivem com restrições severas ao acesso à alimentação adequada. Esse é o ponto de partida da dissertação de mestrado de Clara Mendonça Saliba, defendida no Instituto de Economia (IE) da Unicamp, sob orientação da professora Ivette Luna e coorientação da professora Luiza Nassif Pires. Intitulado “Fome, substantivo feminino: considerações sobre a insegurança alimentar em domicílios brasileiros chefiados por mulheres”, o trabalho aplica a lente da economia feminista para analisar a insegurança alimentar e revela como desigualdades históricas se expressam naquilo que deveria ser o mais elementar dos direitos.

A pesquisa combina revisão conceitual e análise dos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018). Com o auxílio de um modelo estatístico, Saliba estimou a probabilidade de insegurança alimentar de acordo com características socioeconômicas e demográficas dos domicílios. O resultado confirma uma desigualdade persistente: lares chefiados por mulheres negras enfrentam níveis de insegurança alimentar muito acima da média nacional.

Metade (50,5%) dos domicílios chefiados por mulheres negras, no período analisado, vivia algum grau de insegurança alimentar — contra 36,7% da média nacional. Mesmo com dados de renda per capita e região considerados, as diferenças permanecem. O efeito positivo da renda é 12% maior em domicílios chefiados por homens brancos do que naqueles chefiados por mulheres negras. Em outras palavras, um mesmo valor em dinheiro compra mais oportunidades de acesso à comida dependendo de quem chefia a família.

Assimetrias

A pesquisa mostra que essa desigualdade não se restringe ao rendimento. Outras dimensões, invisíveis nas estatísticas tradicionais, ajudam a explicar por que a fome tem cor e gênero no Brasil.

“A dimensão da utilização dos alimentos nos permite investigar quem realiza o trabalho de preparo das refeições, frequentemente oculto e não remunerado, e sob quais condições. As assimetrias reveladas por essa perspectiva ajudam a explicar por que as mulheres enfrentam mais insegurança alimentar e mostram como os sistemas alimentares dependem justamente da exploração de sua mão de obra”, observa a autora da pesquisa.

Um dos principais pontos levantados pela dissertação é a limitação dos instrumentos de mensuração. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), baseada na ótica do domicílio, não capta as desigualdades dentro da família. Isso significa que uma casa pode ser classificada em segurança alimentar, mesmo que mulheres ou crianças estejam comendo por último ou em menor quantidade.

Para a orientadora da dissertação, Ivette Luna, é urgente ajustar os métodos para dar conta dessa realidade. “A Ebia tende a ocultar a heterogeneidade intradomiciliar. Avançar para uma coleta de dados em nível individual permitiria identificar se a insegurança alimentar afeta mais mulheres, crianças ou idosos, além de revelar dinâmicas de poder no uso da renda. O essencial é que esses dados possam ser agregados de volta ao nível domiciliar, garantindo comparabilidade com a POF e outras pesquisas, sem perder a capacidade de construir novos indicadores sobre desigualdades internas às famílias.”

Esse tipo de aprimoramento metodológico, conforme a pesquisa, tornaria as estatísticas mais fiéis à realidade e permitiria formular políticas públicas capazes de enfrentar desigualdades invisíveis nos números.

Pesquisa revela como gênero e raça moldam o acesso à alimentação e propõe caminhos para aprimorar estatísticas e políticas públicas

Foto: Antonio Scarpinetti

DIMENSÕES ESQUECIDAS

A economia feminista trouxe contribuições centrais ao trabalho ao olhar para dimensões raramente consideradas no debate sobre fome, explica a autora do estudo. Uma delas é a agência, ligada à capacidade de tomar decisões. No caso da alimentação, relaciona-se à definição sobre o que comprar, como preparar, quem come e em que ordem. Essa dimensão mostra que a insegurança alimentar também está relacionada à ausência de poder sobre os alimentos.

Outra dimensão é a utilização, a qual trata de tudo o que é necessário para que o alimento vire refeição: tempo para cozinhar, acesso a gás, a água, a utensílios e conhecimento culinário. Muitas vezes esses recursos faltam, e a responsabilidade recai sobre as mulheres. Ao destacar esses fatores, o conceito mostra que não basta o alimento estar disponível; é preciso que as famílias tenham condições reais de prepará-lo e consumi-lo com qualidade.

Para a coorientadora, Luiza Nassif Pires, essa abordagem teórica foi decisiva para orientar o estudo. “A perspectiva da economia feminista trouxe contribuições teóricas e metodológicas que orientaram não apenas o modo como a pesquisa foi conduzida, mas também o tipo de pergunta que pôde ser feita. Ela amplia o olhar para além da renda, incorporando dimensões como agência e utilização, ligadas ao cuidado, ao tempo disponível e ao acesso desigual a recursos. Isso ajuda a explicar por que a insegurança alimentar é mais comum entre mulheres, sobretudo entre as mulheres negras”, comenta.

A pesquisa sugere que políticas de combate à fome devem considerar não apenas renda e disponibilidade de alimentos, mas também quem exerce o trabalho de preparo, quem toma as decisões e quem sofre mais as privações. Isso significa, por exemplo, que programas de transferência de renda precisam ser combinados a medidas que fortaleçam a agência das mulheres, que valorizem o trabalho de cuidado e que incorporem critérios de gênero e raça no desenho das ações.

“O olhar interseccional [termo que se refere ao cruzamento entre raça, gênero e classe] ajuda a entender por que, mesmo em condições aparentemente iguais, alguns domicílios conseguem acessar melhor os alimentos do que outros. No caso brasileiro, o racismo e o patriarcado estruturam essas diferenças. Isso evidencia como o lugar social de quem chefia o domicílio define a extensão e o limite da segurança alimentar”, conclui Saliba.

Foto: Antoninho Perri



As professoras Ivette Luna e Luiza Pires e a autora da pesquisa, Clara Saliba: dimensões da economia feminista ampliam o olhar sobre a fome

Risco cambial, entre a teoria e a prática

Livro explica aspectos da finanças internacionais e propõe estratégias de proteção contra variações cambiais

MARIA EDUARDA PELOGGIA LUNARDELLI
Especial para o Jornal da Unicamp

Foto: Freepik

Em um mundo marcado pelo rápido e intenso processo de globalização, pelo desenvolvimento de novas tecnologias e por constantes crises e tensões geopolíticas, as práticas sociais, os cenários políticos e, sobretudo, o sistema econômico, são fortemente impactados por esses fatores e, conseqüentemente, ficam à mercê deles. Nesse contexto, o fluxo de capital, os mercados cambiais, as transações monetárias entre países e as políticas econômicas tornam-se cada vez mais complexos e voláteis, exigindo, principalmente daqueles envolvidos diretamente na área – pesquisadores, professores, economistas, empresários, políticos, entre outros –, um amplo e bem fundamentado conhecimento sobre o funcionamento do mercado financeiro internacional, além de estratégias para reduzir os efeitos das variações cambiais.

Diante desse cenário e da escassez de bibliografia acessível sobre hedge cambial, *Redução de exposição ao risco cambial*, da professora de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), Natalia Dus Poiatti, foi pensado para suprir essa carência, proporcionando aos leitores um conteúdo detalhado, mas com linguagem clara e didática. A autora não apenas esclarece o tema central do livro, mas também contextualiza o leitor, explicando todos os termos técnicos usados, oferecendo introdução a cada tema abordado e utilizando recursos visuais, como gráficos, para facilitar a compreensão.

Em entrevista ao *Jornal da Unicamp*, a professora comenta o processo de escrita e a sua visão sobre o impacto do livro no cenário acadêmico atual.

Jornal da Unicamp — Como surgiu a ideia de escrever o livro e quais foram os principais desafios enfrentados durante o processo de escrita e pesquisa?

Natalia Dus Poiatti — A motivação para escrever o livro surgiu da constatação empírica de que os valores dos ativos estrangeiros apresentam extrema volatilidade e impacto econômico, tanto em termos agregados quanto redistributivos. A partir dessa observação, identifiquei

uma lacuna entre a complexidade teórica do tema na literatura acadêmica e a escassez de material bibliográfico sobre como gerenciar esse risco no cotidiano de indivíduos, empresas e formuladores de políticas.

O principal desafio durante a elaboração do livro consistiu em apresentar o conteúdo teórico de forma rigorosa, mas acessível a leitores de diferentes formações e áreas do conhecimento. Esse esforço foi válido, visto que o livro cumpre uma função social importante ao disseminar conhecimento sobre estratégias de redução da exposição ao risco cambial, colaborando para o fortalecimento da cultura de gerenciamento cambial estratégico em um ambiente marcado por instabilidades políticas, econômicas e institucionais.

JU — Por ser pensado como material didático, quais critérios e cuidados foram considerados na organização do conteúdo?

Natalia Dus Poiatti — O livro pode ser utilizado como material didático, pois explica os fundamentos teóricos do risco cambial, sua relevância empírica, a mensuração da exposição de um fluxo financeiro a esse tipo de risco, bem como as estratégias mais apropriadas de hedge. Dessa forma, o leitor constrói seu entendimento de maneira gradual, estabelecendo uma ponte entre teoria e prática. Os casos aplicados ao contexto brasileiro reforçam a utilidade prática do conteúdo, tanto no meio acadêmico quanto em outras instituições.

JU — De que forma a obra pode contribuir para a formação de estudantes de economia e áreas afins?

Natalia Dus Poiatti — A volatilidade cambial impacta a economia em diversos âmbitos, como comércio internacional, fluxos financeiros, investimento produtivo, inflação e desigualdade de renda, tendo relevância significativa nas decisões de empresas, investidores e na formulação de políticas públicas. Assim, o livro *Redução de exposição ao risco cambial* pode contribuir significativamente para a formação de estudantes de economia,

administração, contabilidade, finanças, relações internacionais e políticas públicas, oferecendo uma abordagem integrada entre teoria e aplicação prática. O leitor aprenderá o significado teórico do risco cambial, a mensuração da exposição cambial e seu gerenciamento por meio dos instrumentos financeiros mais apropriados. O conteúdo teórico e empírico permitirá que o leitor enfrente o tema com responsabilidade estratégica, reduzindo a exposição de fluxos financeiros a elevados riscos cambiais que caracterizam a economia internacional.

JU — Além do público acadêmico, quem mais pode se beneficiar da leitura do livro?


Natalia Dus Poiatti — O livro apresenta aplicabilidade para profissionais das áreas de economia e finanças internacionais, bem como para o gerenciamento de finanças pessoais. Indivíduos, empresas ou instituições com fluxos financeiros em moeda estrangeira – como importadoras, exportadoras ou aquelas expostas ao risco cambial de forma indireta, por exemplo, via concorrência internacional – entenderão como realizar a gestão estratégica da sua exposição à volatilidade cambial.

A obra também é pertinente para formuladores de políticas e gestores de finanças públicas, especialmente no que se refere à gestão dos efeitos do câmbio sobre os fluxos comerciais e financeiros internacionais.

JU — Como você vê a importância deste livro no cenário atual de incertezas econômicas e geopolíticas?

Natalia Dus Poiatti — Em um contexto global marcado por incertezas econômicas e tensões geopolíticas – como guerras comerciais, conflitos armados e instabilidades políticas – a volatilidade cambial aumenta significativamente, podendo gerar impactos relevantes nos fluxos financeiros. Nesse cenário, compreender as técnicas e os instrumentos apresentados no livro é essencial para enfrentar choques cambiais, sejam de origem interna ou externa. Um bom gerenciamento cambial pode garantir estabilidade financeira no curto prazo e promover sustentabilidade no longo prazo.

JU — O livro utiliza estudos de caso da economia brasileira. Qual a importância de trazer exemplos nacionais para a compreensão do tema?



Título: Redução de exposição ao risco cambial

Autor: Natalia Dus Poiatti

Edição: 1ª

Ano: 2024

Páginas: 140

Dimensões: 14 cm x 21 cm



O VENTO COMUM
Julius S. Scott
Páginas: 256
Dimensões: 16 x 23 cm



UMA HISTÓRIA RELIGIOSA DAS CIDADES MEDIEVAIS
André Miatello
Páginas: 576
Dimensões: 16 x 23 cm



MANUAL DE NUTRIÇÃO NOS ERROS INATOS DO METABOLISMO
Luana da Silva Baptista Arpini
Livro digital



Livraria da Editora da Unicamp
R. Sérgio Buarque de Holanda, 421
Cidade Universitária Unicamp



www.editoraunicamp.com.br
vendas@editora.unicamp.br

A metrópole que ficou no papel

Pesquisa mostra que Região Metropolitana de Piracicaba está longe de se tornar realidade

CRISTIANE KAMPF
Especial para o *Jornal da Unicamp*

A Região Metropolitana de Piracicaba (RMP), formalmente instituída em 2021, opera como “metrópole virtual”, ou seja, existente somente no papel, como promessa ou potencialidade, mas ainda não se tornou realidade política e social concreta do território vivido pelas pessoas. É o que revela uma dissertação defendida recentemente na Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp. A pesquisa documenta o que está sendo feito no planejamento urbano da região, inclusive em relação a investimentos e aplicações de recursos, e pode auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas locais e regionais.

O estudo, desenvolvido por Luís Felipe Rusignelli e orientado pelo professor Álvaro de Oliveira D’Antona no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, aponta que, apesar de sua existência formal e legal, a RMP carece de planejamento integrado. Falta, ainda, participação social consolidada e presença de governança metropolitana efetiva. Uma das consequências reflete-se sobre o ordenamento territorial e sobre o planejamento da região, entregues aos interesses privados do mercado. Para os pesquisadores, o conceito de “metrópole virtual” reflete uma contradição fundamental e comum do planejamento urbano-regional brasileiro: a ausência de concretização real, por meio de leis, ações governamentais e políticas públicas, daquilo que foi planejado.

A dissertação destaca que o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da RMP, principal instrumento de planejamento supramunicipal, não foi, até o momento, transformado em lei estadual. Portanto, tem caráter essencialmente normativo e tecnocrático, sem capacidade de desenvolver políticas públicas em escala local. Além disso, ao dividir o território em zonas de interesse urbano, rural e ambiental, o plano tende a simplificar realidades complexas e invisibilizar áreas de transição, práticas agroecológicas e populações marginalizadas que não se encaixam em categorias



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da região não incorpora a complexidade do território, aponta dissertação

rígidas baseadas em conceitos considerados ultrapassados. “Essa limitação resulta inclusive em segurança ambiental comprometida, ou seja, é um planejamento que funciona mais como um exercício de poder simbólico. São muitas as assimetrias institucionais, dificuldades técnicas e faltam instrumentos de articulação regional”, avalia Rusignelli.

O autor do estudo alerta que essa condição não é exclusiva da RMP, mas faz parte de um padrão mais amplo de fragilidade institucional observada em diversas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo. Essa vulnerabilidade foi agravada pela descontinuidade política, como a extinção, em 2023, da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) do Estado de São Paulo. A medida deixou as regiões metropolitanas sem interlocução estadual para políticas de planejamento.

As conclusões do trabalho reforçam que o sucesso do planejamento metropolitano depende não apenas de dispositivos legais e de mapas de zoneamento, mas de sua capacidade de incorporar a complexidade do território, além de reconhecer as múltiplas formas de vida e de construir ferramentas de governança sensíveis às desigualdades e às potencialidades regionais. Rusignelli defende a necessidade de um planejamento mais atento à diversidade territorial, além de fortalecimento institucional e de canais permanentes de participação e cogestão para que a RMP se torne uma metrópole efetiva e sustentável. “Cabe ao planejamento urbano crítico tratar a virtualidade da RMP não como falha, mas como campo de disputa e de possibilidade”, avalia o pesquisador.

Nova ruralidade

O conceito de “nova ruralidade”, apontado pela dissertação, indica que o rural contemporâneo não pode mais ser reduzido apenas à agricultura tradicional ou a um espaço atrasado em relação ao urbano. Ele se caracteriza, conforme Rusignelli, por uma diversidade de funções (produtivas, ambientais, culturais, residenciais) e por maior integração com os mercados urbanos e por formas híbridas de sociabilidade e de uso do território.

De forma complementar, o conceito de “continuum rural-urbano” rompe com a visão dualista e sugere que os territórios se organizam em gradações, com espaços intermediários nos quais atividades urbanas e rurais coexistem, como é o caso das áreas periurbanas e agroecológicas da RMP. “Essa perspectiva permite com-

preender que a vida social, a mobilidade e as práticas produtivas não se encaixam rigidamente em categorias estanques, mas constituem fluxos interdependentes.”

Para o pesquisador, esses conceitos deveriam ser incorporados de forma mais sistemática ao planejamento territorial brasileiro, que ainda privilegia as cidades como o principal motor do desenvolvimento, classificando o campo em posição secundária.

Ao reconhecer o continuum rural-urbano e a nova ruralidade, o planejamento territorial brasileiro ganharia, portanto, “capacidade de formular políticas que integrem funções produtivas, ambientais e sociais do território, assegurando maior justiça espacial e sustentabilidade”, avalia.

Ordenamento territorial

Para o orientador da dissertação, é preocupante quando o Estado impõe um tipo de ordenamento ou estruturação sem dar a devida atenção às vezes que estão “no chão”, ou seja, às pessoas que vivem diretamente a realidade daquele território. “Há, muitas vezes, uma assimetria entre os atores, decorrente da capacidade ou do poder econômico de cada um. Em vez de promover justiça, equilíbrio ou lutar pela equidade, o Estado pode acabar favorecendo um determinado tipo de atuação, regulamentação ou ordenamento territorial. Isso pode levar ao esquecimento do que torna aquela região única. É fundamental pensar: qual é a nossa identidade? E de que forma a definição de uma região metropolitana pode realmente ouvir e dar voz a todos?”, questiona D’Antona.

Ainda assim, considera Rusignelli, instrumentos como o Estatuto da Metrópole, o PDUI e a governança interfederativa revelam a tentativa de sustentar a função pública do Estado, mesmo que em meio a disputas. “No caso da RMP, essa tensão se expressa entre a integração territorial e o reconhecimento da ruralidade, de um lado, e a pressão por zoneamentos voltados à atração de investimentos, de outro.”

De acordo com os pesquisadores, é necessário refletir criticamente sobre o que pode significar o eventual sucesso da região metropolitana, pois sua implementação pode atravessar processos históricos constitutivos importantes para a região de Piracicaba. “É essencial que o processo de implementação fortaleça as raízes e os elementos que integram e dão sentido a essa região, para além dos chamados indicadores macroeconômicos.”



Foto: Acervo pessoal

Defesa de dissertação de Rusignelli: da esquerda para a direita, professora Sandra Gemma (FCA/Unicamp), Luís Felipe Rusignelli, professor Álvaro D’Antona (FCA/Unicamp) e professor Rafael Costa Freiria (FT/Unicamp)

Um acervo, infinitas histórias

Coleção de bibliófilo abrigada no Centro de Memória da Unicamp revela a riqueza histórica de Campinas

PAULA PENEDO
penedo@unicamp.br

Quem visita a reserva técnica do Centro de Memória da Unicamp (CMU) se surpreende ao encontrar um conjunto com mais de duas mil obras identificadas por apenas um nome, o de João Falchi Trinca. A coleção, que impressiona por sua variedade, é formada por livros e folhetos sobre assuntos tão diversos quanto geografia, história, literatura, religião, ciências puras e aplicadas, línguas, filosofia, artes e generalidades. Mas, por trás de toda essa diversidade, um tópico conecta as publicações: o município de Campinas.

Trinca não foi o autor das obras ali presentes, mas um bibliófilo que, desde os 16 anos, reuniu o que veio a se tornar o maior acervo particular sobre essa cidade do interior paulista, onde nasceu, em 1911, e morou até 1928. Em 1986, ele doou o material — junto com mapas, plantas arquitetônicas, partituras e 18 mil recortes e encadernados de jornal — produzido entre os anos de 1858 e 1986, para o recém-criado CMU, inaugurando a biblioteca do Centro.

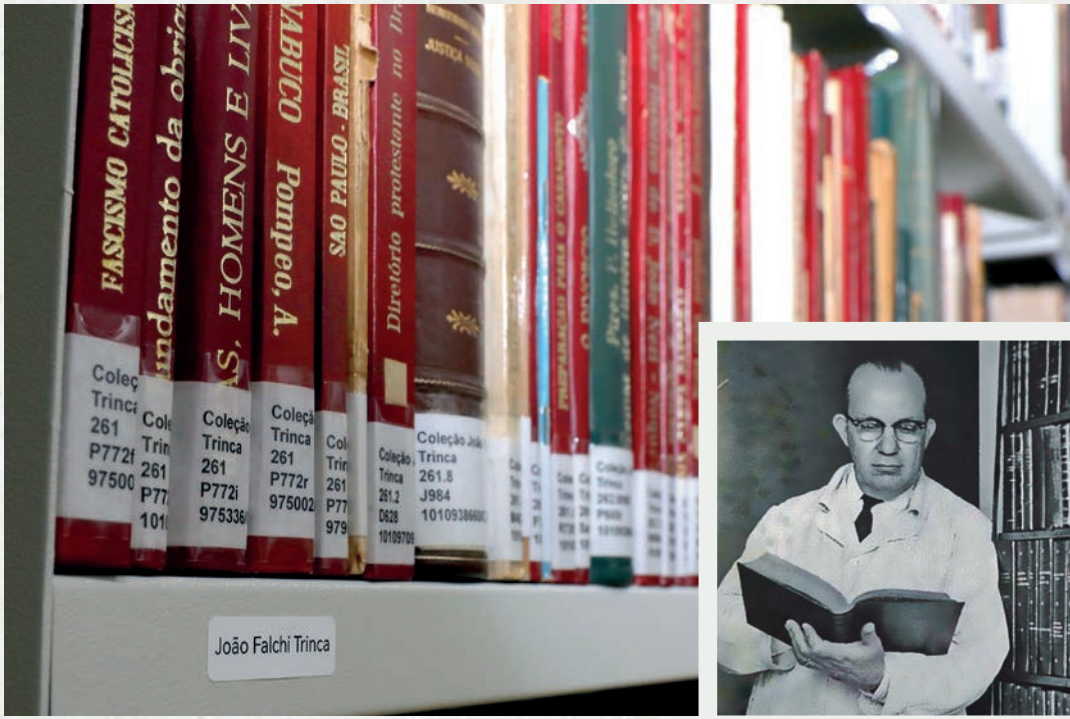
“Trinca criou uma série de coleções interligadas. Ele tinha uma brasileira e dentro dela havia a campiniana. Na campiniana havia a almeidiana, com livros ligados ao [escritor campineiro] Guilherme de Almeida”, afirma o historiador Munir Abboud Pompeo de Camargo, que produziu um doutorado

sobre a coleção, defendido na Faculdade de Educação (FE) da Unicamp, e contribuiu, durante o processo de pesquisa, para a organização da coleção, que estava dispersa pelo CMU.

Além do acervo sobre Almeida, há na coleção documentos de e sobre personalidades como a escritora Amélia de Rezende Martins, filha de Barão Geraldo de Rezende, e o professor do Colégio Culto à Ciência Basílio Magalhães, que adquiriu o jornal *Correio de Campinas*. Relatórios da prefeitura e da Companhia de Águas e Esgoto, bem como folhetos de cinema e livros didáticos, ajudam a desvendar o cotidiano e as peculiaridades do município, como ter sido o primeiro do país a criar uma associação dedicada ao esperanto.

Um dos destaques da pesquisa, no entanto, foi a investigação das marcas de leitura deixadas nos exemplares estudados. Ao longo dos anos, Trinca fez uso extensivo de marginálias — anotações nas margens de uma obra e demais espaços em branco —, para localizar informações de interesse nos materiais. Trata-se de um aspecto que se diferencia do uso habitual desse recurso, voltado à organização do pensamento do leitor, demonstrando que suas anotações tinham o principal objetivo de expandir a coleção.

Trinca construiu uma marginália remissiva, com informações sobre onde era possível encontrar determinados assuntos. Nesse sentido, Camargo revela que um dos seus achados mais interessantes foi um caderno de marginálias sobre o



João Falchi Trinca (no destaque): bibliófilo reuniu o maior acervo particular sobre a cidade

livro *Índice de Bibliografia Brasileira*, de José Galante de Sousa. Ali, o bibliófilo criou um índice remissivo com as páginas onde era possível encontrar bibliografias ligadas a autores ou assuntos de Campinas. “E ele fez isso em uma listinha telefônica”, destaca.

Modernização em perspectiva

De acordo com a pesquisa, o material doado contribuiu para a compreensão da passagem da Campinas do século XIX, voltada à produção de café, para a do século XX, modernizada e industrializada. Embora já houvesse um ideal de progresso durante os anos 1800, com a presença de diversas escolas ligadas aos grupos mandatários, as sucessivas epidemias de febre amarela esvaziaram o município. Essa situação só foi revertida no século seguinte, quando a elite usou a noção de “cidade dos colégios” para incentivar uma vida intelectual intensa, que foi acompanhada por amplas reformas urbanas.

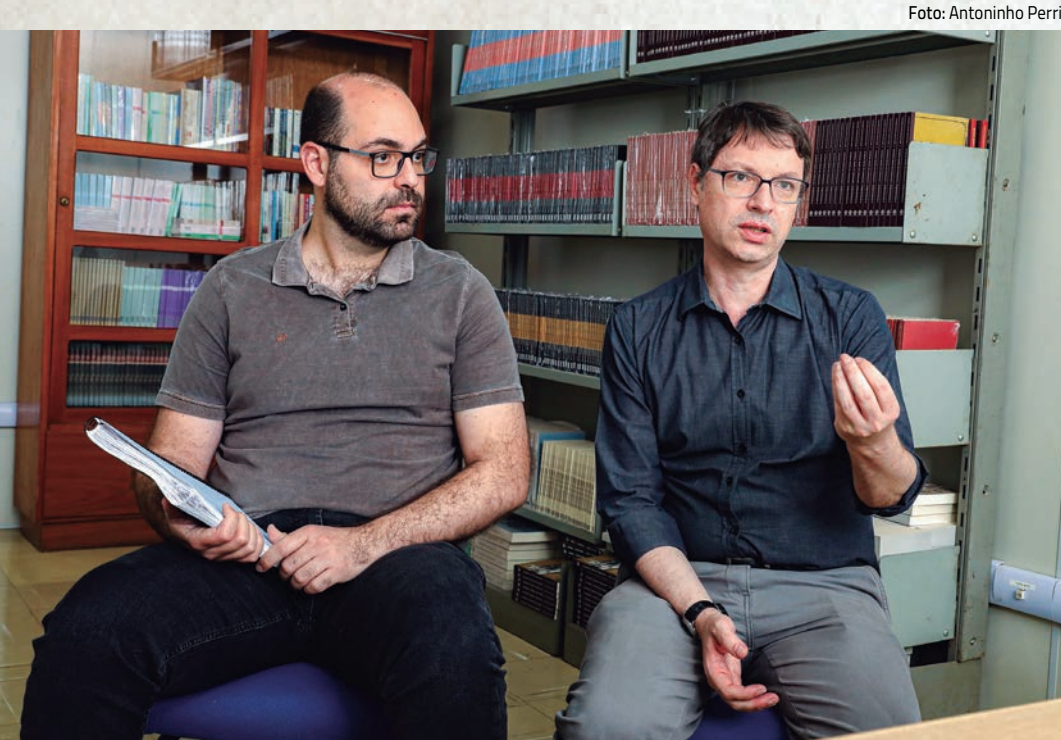
Tal movimento culminou na instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que veio a se tornar a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, e da própria Unicamp, que tiveram parte de seus quadros oriundos desses circuitos. Esse é o caso do historiador e professor do Departamento de História e fundador do CMU José Roberto do Amaral Lapa, que mediu a doação das obras de Trinca. Ele começou sua trajetória como docente do ensino secundário, atuou como professor na Universidade Estadual Paulista (Unesp) e, mais tarde, foi convidado a participar do projeto de criação da Unicamp.

Os dois haviam se conhecido no Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA) da cidade, criado em 1901 por uma eli-

te interessada em promover atividades científicas e artísticas na região. Ali, o bibliófilo, um contador da classe média, estabeleceu relações de sociabilidade com intelectuais consagrados, iniciando a amizade com Lapa quando este produziu as Primeiras notas para uma bibliografia da história de Campinas (1966). Trinca auxiliou o futuro professor da Unicamp com fontes para a pesquisa e este doou uma cópia autografada para o colecionador, que usou suas referências para ampliar a biblioteca.

Com a doação das obras, Lapa produziu uma ampla reflexão sobre o processo de modernização da cidade, relacionado problemas do cotidiano urbano aos efeitos da pobreza e da escravidão, em discussões relacionadas às tensões causadas pela abolição da escravatura, à inserção da população negra e imigrante e às formas de sobrevivência encontradas por elas. “Lapa vai pôr essa modernização em perspectiva, tanto naquilo que ela trouxe de avanços para a vida social e econômica, quanto para aquilo que ela trouxe de questões e problemas”, afirma o docente da FE André Luiz Paulilo, que orientou Camargo.

Esses estudos deram início, na Unicamp, a uma linha de pesquisa sobre a história de Campinas e do Oeste paulista. Nesse sentido, Paulilo comenta que a pesquisa de Camargo, apesar de ter como objetivo investigar a coleção, acabou contribuindo para a história da própria Unicamp ao mostrar como a Universidade constrói um campo de saber. “É bastante interessante de se olhar o trabalho do CMU hoje a partir da relação que ele tem com Campinas. O Centro de Memória é muito capaz de conversar com a cidade, com o cidadão e com os órgãos de cultura do município e eu considero que isso tem muito a ver com o projeto que o Lapa pensou”, finaliza.



O autor da pesquisa sobre a coleção de Trinca, Munir Camargo, e seu orientador, André Paulilo: estudo contribuiu para elucidar ligação do CMU com a história do município

